



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

##### Despacho n.º 14723/2010

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, das funções de colaboradora especializada no meu Gabinete na área da assessoria de imprensa, a licenciada Joana Ataíde Mota de Melo Antunes, nomeada pelo despacho n.º 25 236/2009, de 9 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 18 de Novembro de 2009, a quem agradeço o grande zelo e competência com que desempenhou funções no meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a 14 de Setembro de 2010.

15 de Setembro de 2010. — O Ministro dos Assuntos Parlamentares, *Jorge Lacão Costa*.

23442010

##### Despacho n.º 14724/2010

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria de La Salette da Conceição Marques Cêra para prestar colaboração especializada no meu Gabinete como assessora de imprensa.

2 — A nomeada auferirá uma remuneração mensal idêntica à de adjunto de gabinete, incluindo subsídios de férias e de Natal, subsídio de refeição e demais abonos e subsídios, designadamente de representação.

3 — A presente nomeação é feita por um ano, renovável tácita e automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

4 — Está assegurado o correspondente cabimento orçamental.

5 — O presente despacho produz efeitos a 15 de Setembro de 2010.

15 de Setembro de 2010. — O Ministro dos Assuntos Parlamentares, *Jorge Lacão Costa*.

23452010

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

##### Despacho n.º 14725/2010

1 — Nos termos do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 132/2007, de 27 de Abril, é nomeada para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI, I. P.), a licenciada Rita Faden da Silva Moreira Araújo, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções e evidenciada pelo respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Setembro de 2010.

17 de Setembro de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

#### ANEXO

##### Síntese curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Rita Faden da Silva Moreira Araújo;  
Data de nascimento: 18 de Março de 1965.

2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Pós-graduação em Estudos Europeus — Dominante Jurídica, na Universidade Católica Portuguesa.

3 — Carreira profissional:

De 17 de Dezembro de 2009 a 16 de Setembro de 2010 — directora-geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça;

2006-2009 — directora-geral da Administração Interna do Ministério da Administração Interna; nomeada com a responsabilidade particular de criar a nova Direcção-Geral e pôr em funcionamento uma nova estrutura com competências em três áreas:

Planeamento estratégico e política legislativa: apoio técnico em matéria de formulação e acompanhamento da execução das políticas, das prioridades e dos objectivos do MAI e assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do MAI (SIADAP) e coordenar e controlar a sua aplicação;

Relações internacionais: apoiar a definição e a execução da política de relações internacionais e cooperação no âmbito do MAI, assegurar a participação e a coordenação da representação do MAI no quadro da União Europeia, coordenando a representação do MAI na negociação de convenções, acordos e tratados internacionais de natureza bilateral ou multilateral; e

Administração eleitoral: organizar e apoiar tecnicamente a execução dos referendos e dos processos eleitorais de âmbito nacional, regional, local e da União Europeia, assegurar o recenseamento eleitoral, organizar, manter e gerir a base de dados central do recenseamento eleitoral, difundir informação pública sobre o sistema e os actos eleitorais e informar e dar parecer sobre matéria eleitoral;

2004-2006 — directora do Gabinete de Assuntos Europeus (GAE) do Ministério da Administração Interna:

Responsável pela direcção, coordenação e orientação do GAE, que tem funções de coordenação, acompanhamento e preparação da posição portuguesa nas relações com a União Europeia nas áreas de atribuição do MAI;

Responsável pela coordenação interna dos serviços e forças de segurança do MAI no quadro das relações bilaterais com países terceiros, com organizações internacionais, política de cooperação e participação em missões de paz;

1999-2004 — directora de serviços das questões da justiça e assuntos internos (JAI) da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Responsável pela criação e organização da nova Direcção de Serviços JAI da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários;

Orientação e acompanhamento do trabalho desenvolvido na Direcção de Serviços JAI nas seguintes matérias: política de imigração, integração dos imigrantes, fronteiras, asilo, vistos, racismo e xenofobia, acordo de Schengen, droga, cooperação policial, luta contra a criminalidade organizada, cooperação judiciária em matéria penal e terrorismo;

1999 — chefe de divisão da Direcção de Serviços do Mercado Interno da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1997-1999 — directora de área no Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares;

1996-1997 — adjunta do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, a exercer funções no Gabinete do Coordenador Nacional para os Assuntos da Livre Circulação de Pessoas no Espaço Europeu: responsável pela preparação e coordenação da posição portuguesa nas instâncias do Acordo de Schengen; integração no núcleo de coordenação da presença portuguesa do Acordo de Schengen (de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1997);

1991-1996 — técnica superior na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Integração na equipa da Direcção-Geral das Comunidades Europeias que preparou e negociou o processo de adesão de Portugal ao Acordo de Schengen e à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen;

Responsável pelo *dossier* «Acordo de Schengen» de 1991 a 1996; Advogada, com inscrição suspensa na Ordem dos Advogados.

203712402